

Dilma discute políticas sociais com especialistas

(EDUARDO RODRIGUES)

A presidente eleita, Dilma Rousseff, se encontrou hoje com um grupo de autoridades e acadêmicos ligados à área de desenvolvimento social. O encontro foi realizado para a obtenção de dados sobre indicadores sociais, como pobreza, para ajudar o novo governo a traçar estratégias para combater situações de extrema miséria no País, um dos principais compromissos de campanha de Dilma. Segundo a assessoria da presidente eleita, Dilma teria dito que "pelo sucesso do atual governo nessa área, o desafio da próxima administração é maior". O foco, a partir de agora, deve ser o combate aos diversos tipos de pobreza que existem no País e que demandam tratamentos "customizados". Para tanto, devem ser ampliados os programas sociais como o Bolsa Família e outros que ainda não têm tamanha escala. "O grande desafio é dar um salto e avançar sobre essa herança bendita. Para honrá-la é preciso criatividade", disse Dilma. Após a reunião, realizada no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília, a atual ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, disse que o Bolsa Família deve ser ampliado, a princípio, para 750 mil famílias com renda mensal per capita entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00. É um público que atualmente não recebe o benefício por não ter filhos. Segundo a ministra, está em estudo a proposta de que essas famílias recebam o benefício básico, que é de R\$ 68,00 mensais. Além disso, disse Márcia Lopes, a população de rua, os indígenas e os quilombolas também poderão vir a ser beneficiados pelo programa. "Esse trabalho tem de estar em sintonia com várias políticas. Não é só uma questão de transferência de renda, mas de trabalho e inclusão dos jovens", afirmou a ministra. Ela também confirmou que a presidente eleita já trabalha com alguns cenários para o reajuste dos benefícios, mas não adiantou valores ou percentuais. Para o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também presente na reunião, a extinção da pobreza extrema no País demandaria investimentos públicos de R\$ 21 bilhões por ano nos mais variados tipos de programas, envolvendo inclusive ações em educação e saúde. "Isso é menos que 1% do PIB (Produto Interno Bruto), o que torna esse projeto possível sem nenhum comprometimento fiscal", disse Neri. Segundo o economista Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a estratégia de combate à miséria deve levar em conta a heterogeneidade das causas da pobreza, que podem ser falta de emprego, falta de qualificação profissional ou até mesmo ausência de crédito para a melhoria de pequenos negócios. Já o presidente do Ipea, Márcio Pochmann, defendeu a criação de critérios oficiais para determinar a linha de pobreza no Brasil, de maneira a facilitar a operacionalização dos programas em parceria com governos estaduais e municipais.